

## Modernização periférica, precarização do trabalho e subcidadania em “De gados e homens”, de Ana Paula Maia

Rafael Lucas Santos da Silva<sup>51</sup>

### Considerações iniciais

*Os salários mal dão para os gastos,  
As guerras não terminaram,  
[...]  
Roupas vão e voltam com as modas.  
Governos fortes caem, outros se levantam,  
Países se dividem  
E as formigas e abelhas continuam  
Fiéis ao seu trabalho.  
Nada mudou em essência..  
Affonso Romano de Sant'Anna (1991)*

O panorama da literatura brasileira contemporânea não se reduz a sínteses, dentro da periodização convencional, pelo fato de seu aspecto mais ostensivo ser, justamente, a pluralidade de estilos, de tal modo que, sobretudo a partir dos anos 1990, não restou “nenhuma tendência clara que unifique todos [os escritores], e nenhum movimento programático com o qual o escritor estreante se identifique” (SCHOLLHAMMER, 2009, p. 35).

Jaime Ginzburg (2012) dedicou-se a extrair uma tendência, um ponto de convergência estética sem “reduzir a elevada diversidade de estilos”, ao estudar o narrador na literatura brasileira contemporânea; assim, assinalou que a produção literária, a partir do decênio de 1960, constitui-se da presença “recorrente de narradores descentrados” que fazem um contraponto a “um conjunto de campos dominantes na história social” (GINZBURG, 2012, p. 201). Em outras palavras, trata-se de um aspecto que possibilita a representação dos grupos excluídos por meio da voz narrativa, promovendo “desrecalque histórico, de uma atribuição de voz a sujeitos tradicionalmente ignorados ou silenciados” (GINZBURG, 2012, p. 200).

A nosso ver, esse contraponto à história oficial está, pois, presente na produção literária da escritora carioca Ana Paula Maia, no que tange a políticas conservadoras, desigualdade social, cidadania e precarização do trabalho. Desde 2003, com a publicação do romance *O habitante das falhas subterrâneas*, Ana Paula Maia vem construindo uma sólida e coerente obra ficcional, que já alcançou extrema relevância no cenário contemporâneo de produção literária, com ampla divulgação internacional em várias traduções — espanhol, alemão, inglês, francês, sérvio e grego — e conquistou o prêmio São Paulo de Literatura, em 2018, por *Assim na terra como embaixo da terra* (2017).

É possível depreender um projeto literário a partir dos prefácios escritos às obras *Entre Rinhas de Cachorros e*

51. Atualmente, realizando Mestrado na área de Estudos Literários, na Linha de Pesquisa Literatura e Historicidade, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Possui Graduação em Letras Português/Espanhol e Respektivas Literaturas na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu. Contato: i3rafael@hotmail.com

*Porcos Abatidos* (2009) e *Carnaval Animal* (2011), afinal, o prefácio — também conhecido por prólogo, apresentação, advertência, nota — é uma instância do limiar que, de acordo com João Barrento (2000), mais do que o “texto que precede”, deve ser visto como o “texto que acompanha” (BARRENTO, 2000, p. 10), criando com o leitor um canal através do qual o escritor corrobora seus preceitos e sua atividade literária.

A respeito da obra *Entre Rinhas de Cachorros e Porcos Abatidos*, publicada em 2009, a escritora esclarece que

Este livro reúne duas novelas literárias compostas de *homens-bestas, que trabalham duro, sobrevivem com muito pouco, esperam o mínimo da vida* e, em silêncio, carregam seus fardos e o dos outros. [...] retratam a amarga vida de homens que abatem porcos, recolhem o lixo, desentopem esgoto e quebram asfalto. *Toda imundície de trabalho* que nenhum de nós quer fazer, eles fazem, e sobrevivem disso (MAIA, 2011a, s/p, grifo nosso).

Da mesma forma como aqui é ressaltado o fardo do trabalho dos personagens, no prefácio de *Carvão animal*, publicado em 2011, é esclarecido que esse romance “teve por fundamento expor como o *caráter do ser humano pode ser moldado pelo trabalho que executa*, como o meio intervém na construção das identidades e como essas identidades modificam o meio” (MAIA, 2011b, s/p, grifo nosso). Por sua vez, em *De gados e homens*, quarto romance de Ana Paula Maia, publicado em 2013, deparamo-nos com a dinâmica produtiva de um matadouro, no qual Edgar Wilson está submetido a uma rotina precarizada, em que “por dia precisa matar mais de cem vacas e bois e trabalha seis dias por semana, folgando apenas no domingo” (MAIA, 2013, p. 19).

Com efeito, percebe-se a intenção de Ana Paula Maia em elaborar representações de uma fração específica da classe trabalhadora, os “homens-bestas”, como Edgar Wilson, que compõe uma classe subalterna vítima da precariedade que os tornam subcidadãos desprovidos de capital cultural e econômico em qualquer medida significativa. Pretendemos, assim, aprofundar nesse aspecto tendo como *corpus* de análise o romance *De gados e homens* (2013), o qual consideramos o mais emblemático no conjunto da obra da escritora carioca.

Uma compreensão preliminar da reestruturação capitalista na dinâmica socioeconômica brasileira faz-se, pois, necessário devido aos pressupostos da nossa abordagem crítica, que defendem uma dialética entre forma literária e processo histórico-social, na medida em que se compreende que “os fatos da linguagem e as convulsões sociais ou as contradições econômicas nunca estiveram desligados uns dos outros” (JAMESON, 1992, p. 36). Em outras palavras, na esteira de Jameson (1992), compreendemos a narrativa literária “como um ato socialmente simbólico, como a resposta ideológica — embora formal e imanente —

a um dilema histórico” (JAMESON, 1992, p. 139). Portanto, a hipótese de leitura explorada neste artigo é que o romance *De gados e homens* é uma resposta ao dilema histórico-social concernente ao aumento da precarização existencial e das condições de trabalho das classes subalternas, que foi produzido a partir dos anos 1990 e 2000, nos quais as elites e a gestão estatal se submeteram aos imperativos de acumulação financeira, permitindo que a estrutura socioeconômica brasileira fosse integrada à mundialização do capital e ao neoliberalismo (PAULANI, 2008).

### **A importância ontológica do trabalho na existência do ser social**

O prefácio escrito por Ana Paula Maia ao romance *Carvão animal*, possibilitando a compreensão de que seu projeto literário “teve por fundamento expor como o caráter do ser humano pode ser moldado pelo trabalho que executa, como o meio intervém na construção das identidades e como essas identidades modificam o meio” (MAIA, 2011b, s/p), nos remete ao fato de que o trabalho se constitui para Karl Marx (1818–1883) e Georg Lukács (1885–1971) como categoria fundante do ser social, gênese sobre a qual se ergue, com as devidas mediações, a estrutura das diferentes formas de sociabilidade e constituição dos sujeitos enquanto tais.

O filósofo húngaro Georg Lukács é considerado o principal fundador das estruturas formais do que comumente é denominado *marxismo ocidental*, com a publicação do livro *História e Consciência de Classe* em 1923, cuja obra assinala também uma mudança de rumos em seu pensamento crítico em busca de um exame mais vigoroso do caráter sistêmico da lógica do capitalismo. Após quarenta anos de profícua atividade intelectual, foi concebida a eminente obra *Ontologia do ser social*, resultante de pesquisas acerca de um projeto de elaboração de uma Ética materialista e dialética. Nesta obra, o trabalho é considerado um salto ontológico que promove uma transição qualitativa e estrutural do ser, distinguindo, assim, o ser meramente orgânico (animal) e o ser social (humano):

[...]o trabalho se revela como veículo para a autocriação do homem enquanto homem. Como ser biológico, ele é um produto do desenvolvimento natural. Com a sua autorrealização, que também implica, obviamente, nele mesmo um afastamento das barreiras naturais [...] ele ingressa num novo ser, autofundado: o ser social (LUKÁCS, 2013, p. 82).

O filósofo húngaro argumenta que essa possibilidade de conceber a existência humana como ontologia do ser social surgiu, pois, a partir das reflexões de Marx, mais precisamente nos *Manuscritos econômico-filosóficos* que foram escritos em 1844, quando o filósofo alemão tinha apenas 26 anos:

Marx, em nome da peculiaridade ôntica concreta das formações sociais, exige a sua investigação ôntica concreta (ontológica), ao mesmo tempo em que rechaça o método hegeliano de expor essas conexões sobre a base de esquemas lógicos. Temos, portanto, que no trajeto de desenvolvimento do jovem Marx se delineia com clareza aquele direcionamento no rumo da concretização cada vez maior das formações, das conexões etc. do ser social, que, justamente em sentido filosófico, alcançará seu ponto de inflexão nos seus estudos econômicos. Essas tendências encontram sua primeira expressão adequada nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, cuja originalidade inovadora reside, não menos importante, no fato de que, pela primeira vez na história da filosofia, as categorias econômicas aparecem como as categorias da produção e da reprodução da vida humana, tornando assim possível uma exposição ontológica do ser social sobre bases materialistas. Mas o fato de a economia ser o centro da ontologia marxiana não significa, absolutamente, que sua imagem do mundo seja fundada sobre o “economicismo” (LUKÁCS, 2012, p. 299).

Compreende-se, assim, que há uma base histórica e econômica na formação do ser social, possibilitando conceber a existência como produtora e produto das dinâmicas sociais. Com a emergência da lógica capitalista, busca-se a acumulação do capital por meio de produção em maior escala e da exploração da força de trabalho, de modo que Marx (2004) interpela a respeito das implicações das determinações ontológicas advindas do fato concreto do trabalho estar subjugado à propriedade privada na sociedade capitalista.

Ressalta-se, desse aspecto, o caráter que as mercadorias possuem de ocultar as relações sociais do trabalho, permitindo que o trabalho humano ganhe uma objetividade ilusória pela predominância e universalização da forma-mercadoria. Esse fenômeno de ocultamento é caracterizado por Lukács (2013), na esteira do autor de *O Capital*, como resultado de que o desenvolvimento da capacidade humana “não produz obrigatoriamente o desenvolvimento da personalidade humana. Ao contrário: justamente potencializando capacidades singulares, pode desfigurar, aviltar etc. a personalidade humana” (LUKÁCS, 2013, p. 546).

Assim, a rigor, o fenômeno social do estranhamento/alienação se aprofunda com a crescente autonomia assumida pelas condições do trabalho, de forma que cumpre debruçarmo-nos, agora, sobre a relação desse fenômeno com o avanço das formas de precarização do trabalho promovida pela reestruturação do capitalismo contemporâneo, já que “os estranhamentos mais importantes têm estreita ligação com as relações contemporâneas de exploração” (LUKÁCS, 2013, p. 624).

### **Capital financeiro e precarização do trabalho**

Harvey (2008) esclarece que, a partir de meados do decênio de 1970, a fase atual do capitalismo global, com

sua lógica da valorização financeira, precisou romper a rigidez do que comumente era nominado como “fordismo”, para suceder, assim, a aceleração da circulação do capital monetário, de maneira que, por conseguinte, essa lógica da valorização financeira

[...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, nova maneiras de fornecimento financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2008, p. 140).

Compreende-se, assim, que essa lógica do capital financeiro afetada diretamente a produção e, via de consequência, a classe trabalhadora, ao privilegiar focos de acumulação flexível, que provoca “uma radical reestruturação” do mercado de trabalho que implica níveis relativamente altos de “desemprego ‘estrutural’ (em oposição a ‘friccional’), [...] ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical — uma das colunas políticas do regime fordista” (HARVEY, 2008, p. 141-142).

A economista Paulani (2008) pontua que a dinâmica socioeconômica brasileira está, evidentemente, alinhada com esse processo atual do capital financeiro global, desde os anos 1980 quando, de forma passiva, foi vítima da chamada “crise da dívida externa”, depois de forma ativa, quando tomou as providências, a partir de meados dos anos 1990, para seu ingresso na era da financeirização como “potência financeira emergente”. Conforme a autora, trata-se de um sistema perverso, visto que engordar o capital financeiro implica diminuir o capital produtivo:

[...] dada essa lógica [...] o equilíbrio financeiro [...] está na dependência de um comportamento das variáveis macroeconômicas-chave que é perverso do ponto de vista do crescimento e do emprego, pois joga no sentido da elevação dos juros básicos, da redução da mão-de-obra formalmente empregada e da queda do rendimento médio dos trabalhadores (PAULANI, 2008, p. 98-99).

No bojo dessa conjectura econômica, o decênio de 1990 foi, então, o início de um período de aumento da exploração de trabalho que fez “a precarização do trabalho afirmar-se no século XXI como precarização estrutural do trabalho” (ALVES, 2013, p. 48).

Compreende-se, assim, que o desenvolvimento do modo de produção capitalista-industrial ocorre através de intensos processos de reestruturação produtiva, de modo que as dimensões específicas da precarização do trabalho no século XXI precisam ser concebidas como processo social de conteúdo histórico-político que atinge a classe trabalhadora

brasileira. Alves (2007) delinea de forma esclarecedora quais são os aspectos desse processo social:

A precarização é um atributo modal da precariedade. É uma forma de ser sócio-histórica da condição ontológica da força de trabalho como mercadoria. Enquanto existir precariedade haverá possibilidade objetiva de precarização que pode assumir dimensões objetivas e subjetivas. A precarização não apenas desvela uma condição ontológica da força de trabalho como mercadoria, mas explicita novos modos de alienação/estranhamento e fetichismo da mercadoria no mundo social do capital (ALVES, 2007, p. 115).

Tendo tudo isso em vista, pretende-se agora demonstrar como a precariedade é a condição ontológica do ser social do personagem Edgar Wilson.

### **A precariedade a golpes de marretada**

Consideramos importante ter uma compreensão preliminar da reestruturação capitalista na dinâmica socioeconômica brasileira, porque concordamos com Lukács (2009, p. 193) que “a lei geral da desigualdade entre o desenvolvimento espiritual e o progresso material, estabelecida por Marx, manifesta-se claramente também no destino da teoria do romance”. Ou seja, o crescimento financeiro e material global, que possibilitou o aumento de consumo nos estratos sociais menos favorecidos, foi o berço de origem de Edgar Wilson, cujo caráter brutalizado é semelhante a um cão de rinha:

Cão de rinha é um cão que não teve escolha. Ele aprendeu desde pequeno o que o seu dono ensinou. Podem ser reconhecidos pelas orelhas curtas ou amputadas e pelas cicatrizes, pontos e lacerações. Não tiveram escolhas. Exatamente como Edgar Wilson [...] criado feito cão de rinha (MAIA, 2011a, p. 46).

Esse é, pois, o aspecto identitário de Edgar Wilson, sujeito fraturado com diversas cicatrizes, ocasionadas não por rinhas com outros seres humanos, mas sim pela violência sistêmica do processo modernizador autoritário e desigual do Estado brasileiro.

Em *De gados e homens*, desenvolve-se uma história cujas ações se passam na fazenda “Touro do Milo”, centrada no personagem Edgar Wilson, que pertence à camada da população que está excluída do acesso a políticas socioeconômicas, sobrevivendo em uma brutalidade abjeta de um cotidiano cruel. A conduta discricionária do narrador está modulada pela instância de enunciação em terceira pessoa e o trabalho é, a nosso ver, a temática fundamental que amálgama a existência e o conteúdo mental de seus personagens.

Edgar Wilson vive no alojamento da fazenda “Touro do Milo” com outros cinco trabalhadores (Bronco Gil, Helmuth, Emetério, Burunga e Zeca). Nesta fazenda, funciona um matadouro de bovinos que fornece carne para uma fábrica de hambúrguer; todos esses personagens trabalham nele, sendo que Edgar Wilson tem a função de atordoar o gado com um intenso golpe de marreta para que, durante o seu desnorreamento, a sua garganta seja cortada. Conforme indica o discurso narrativo, Edgar Wilson “não sente orgulho do trabalho que executa, mas se alguém deve fazê-lo que seja ele, que tem piedade dos irracionais” (MAIA, 2013, p. 15).

O discurso narrativo principia com a descrição submissa de Edgar Wilson, que está próximo da entrada do escritório de Seu Milo, o proprietário da Fazenda e do Matadouro, que o havia chamado para lhe dar uma ordem:

Edgar Wilson está apoiado no batente da porta do escritório do seu patrão, o fazendeiro Milo, que conclui um telefonema aos berros, já que desde cedo aprendeu a berrar, quando solto no pasto, ainda bem menino, disputava com o bezerro a teta da vaca. O escritório não passa de um cômodo espremido ao lado do setor de bucharia do matadouro.

— O senhor queria falar comigo?

— Quero sim, Edgar.

— Pois não — diz Edgar Wilson, que tira o boné da cabeça e segura-o contra o peito respeitosamente ao entrar no escritório.

— Preciso que você vá até a fábrica de hambúrguer fazer uma cobrança (MAIA, 2013, p. 9).

Em face da ordem, a primeira reação de Edgar Wilson foi a de protestar por ter que fazer essa atividade que não faz parte de sua atribuição dentro da divisão de trabalho no matadouro. Percebe-se com isso a flexibilização da força de trabalho acarretada pela lógica do capital financeiro, que contribui para o aumento da precarização do trabalho de Edgar Wilson; flexibiliza-se, pois, não há mais a rigidez do fordismo, que prezava pela fragmentação das funções (HARVEY, 2008). De fato, ao longo do discurso narrativo, é exposto que Edgar Wilson tem uma jornada de trabalho de mais de doze horas, que faz horas-extras sem receber, que recebe um salário precário. Essa nova morfologia do trabalho, reestruturada a partir do capital financeiro, denominada por Alves (2007) e Antunes (2000) como “toyotismo”, cuja racionalização preza pela

[...] efetiva flexibilização do aparato produtivo, [para qual] é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado (ANTUNES, 2000, p. 36).

Esse dado é importante, pois, no encadeamento da cena supracitada, Seu Milo concede uma importante resposta: “Meu pessoal tá curto, Edgar” (MAIA, 2013, p. 10), a partir da qual podemos perceber que o matadouro estaria estruturado com o mínimo de trabalhadores. Assim, a conclusão da cena é o obediência da parte de Edgar, que, antes de ir ao frigorífico, passa no seu setor de trabalho, que é narrado de forma desoladora:

Edgar Wilson permanece em silêncio enquanto aguarda a decisão do patrão. [...] também não é costume de Edgar Wilson deixar de cumprir o que pedem. O telefone toca. Milo atende e pede um instante.

— Edgar, aqui está a ordem de cobrança. O endereço tá escrito aí. Pega as chaves da caminhonete com o Tonho e manda o Zeca vir até aqui falar comigo.

Edgar Wilson acena com a cabeça e apanha a ordem de cobrança. Milo volta ao telefone. Edgar hesita pouco antes de sair, mas atravessa a porta do escritório e fecha-a ao passar. Segue por um corredor fétido e mal iluminado e ao virar à direita entra no box de atordoamento, local em que trabalha muitas horas por dia. A fila de bois e vacas é sempre longa. Um funcionário abre a portinhola e o boi que já passou pela inspeção e pelo banho entra devagar, desconfiado, olhando ao redor. Edgar apanha a marreta. O boi caminha até bem perto dele. Edgar olha nos olhos do animal e acaricia a sua fronte. O boi bate uma das patas, abana o rabo e bufa. Edgar cicia e o animal abrandando seus movimentos. Há algo nesse cicio que deixa o gado sonolento, intimamente ligado a Edgar Wilson, e dessa forma estabelecem confiança mútua. Com o polegar lambuzado de cal, faz o sinal da cruz entre os olhos do ruminante e se afasta dois passos para trás. É o seu ritual como atordoador. Suspende a marreta e acerta a fronte com precisão, provocando um desmaio causado por uma hemorragia cerebral. O boi caído no chão sofre de breves espasmos até se aquietar. Não haverá sofrimento, ele acredita (MAIA, 2013, p. 11-12).

Nós, leitores, podemos vivenciar essa cena, sentir as horas pútridas em que Edgar permanece realizando um trabalho que avilta suas capacidades singulares subjetivas, por permanecer mais de doze horas diárias “diante de bois e vacas pendurados de cabeça para baixo pelas patas traseiras e com os pescoços cortados jorrando litros de sangue em tonéis fétidos, misturado a vômito e outros excrementos” (MAIA, 2013, p. 78). Acreditamos, assim, que essas cenas já exprimem a contradição da lógica do capital financeiro, a qual, pela reestruturação produtiva, favorece que os sujeitos sejam subjugados a situações de impossibilidade afetiva, emocional, moral e existencial.

Nisto, observa-se como o discurso narrativo em *De gados e homens* está de acordo com o fato assinalado por Lukács (1965, p. 57), a respeito do realismo, de que “a verdade do processo social é também a verdade dos destinos individuais”. Essa conexão entre a personagem e o processo social fica ainda mais evidente com o encadeamento das

cenar da ida de Edgar Wilson ao frigorífico, nas quais o narrador focaliza a exploração da força de trabalho de Edgar Wilson e a sua relação com o produto final de seu trabalho:

Após apanhar as chaves com Tonho, segue até a caminhonete e lamenta o rádio quebrado do carro. Desde que abandonou o trabalho nas minas de carvão, tudo o que conseguiu foi trabalhar com gado [...]. Depois de esartejados, são enviados para duas fábricas de hambúrguer e distribuídos para alguns frigoríficos, que mandam caminhões buscar os lotes de carne. *Edgar Wilson nunca comeu um hambúrguer*, mas sabe que a carne é moída prensada e achatada em formato de disco. Depois de frita, é colocada entre duas fatias de pão redondo recheado com folhas de alface, tomate e molho. O preço de um hambúrguer equivale a dez vacas abatidas por Edgar, já que recebe centavos por cada animal que derruba. Por dia precisa matar mais de cem vacas e bois e trabalha seis dias na semana, folgando apenas no domingo (MAIA, 2013, p. 18-19, grifo nosso).

Tal aspecto poderia render longa reflexão econômico-política, visto que a condição de Edgar Wilson é tão miserável que não tem acesso ao próprio produto final de seu trabalho. É importante notar que Edgar Wilson não é vegetariano ou vegano, de modo que o fato de ele nunca ter comido um hambúrguer demonstra a factualidade alienada e alienante de seu trabalho, que faz as mercadorias serem mais valorizadas do que o ser humano. Por ser uma situação grave e enfática, cumpre lembrar, ainda que brevemente, uma conclusão de Marx (2004) a partir de sua investigação sobre as relações mercantis e as determinações ontológicas e históricas advindas das relações de trabalho. Assim, nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, Marx (2004) expôs que, na sociedade burguesa, o trabalhador se torna objeto, sendo empobrecido econômica e subjetivamente:

[...] o trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (menschenwelt). A apropriação do objeto aparece em tal medida como alienação que quanto mais objetos produz o trabalhador, tanto menos consegue possuir e tanto mais submetido fica à dominação de seu produto, quer dizer, do capital [...] tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior (MARX, 2004, p. 80-81).

Assim como argumenta Marx (2004), parece-nos haver uma objetivação de Edgar Wilson em relação ao produto final do matadouro, de modo que ocorre o engrandecimento das mercadorias em oposição a degradação (desvalorização) dos seres humanos e dos animais não humanos. No Brasil, a indústria de processamento de carne é um grande mercado de trabalho, empregando mais de 1 milhão de trabalhadores visto a enorme quantidade de animais abatidos e destinados

ao consumo carnívoro. O Brasil possui, atualmente, o segundo maior rebanho bovino mundial, com cerca de 220 milhões de gados. Trata-se, enfim, de uma indústria duplamente cruel: com desrespeito à dignidade dos animais não humanos e marcada por uma estratégia de trabalho precarizado, com desrespeito às leis trabalhistas. Além de ser o local de trabalho em que mais ocorrem acidentes, deixando trabalhadores com diversos transtornos psicológicos e causando danos significativos no meio ambiente, especialmente aos recursos hídricos (SILVA *et al.*, 2012).

Do ponto de vista do capital financeiro, essa cena de alienação torna-se muito importante, visto que Alves (2013) considera que, na fase atual do capitalismo, ampliou-se e intensificou-se “a produção de fetichismo sociais, agudizando a alienação e o estranhamento de homens e mulheres que trabalham” (ALVES, 2013, p. 39).

Conforme é exposto pelo autor, na “era do capital financeiro” ocorre uma “corrosão da capacidade subjetiva”, “na medida em que não se afirma como ser-para-si-mesmo torna-se ser-para-outrem, o Outro estranho e abstrato e fetichizado (o capital)” (ALVES, 2013, p. 116-117). Edgar Wilson está imerso nessa crueldade, cuja “produção está se intensificando e será necessário contratar mais um atordoador” (MAIA, 2013, p. 20). Esse aumento efetivo da produção implica no aumento da precarização, pois Edgar Wilson terá sua força de trabalho explorada ainda mais, evidenciando-se, assim, que o narrador considera que a brutalidade desse personagem é fruto dessa exploração sem limites. Isto é, esse nexos implica em não naturalizar a brutalidade, a indignidade da condição dos trabalhadores do Matadouro, permitindo compreender e classificar Edgar Wilson como proletário precarizado, conforme as reflexões sociológicas de Ruy Braga (2012).

Conforme Braga (2012), o proletariado precarizado diferencia-se do grupo mais qualificado e estável da classe trabalhadora, pois pertencem à “fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas” (BRAGA, 2012, p. 21). Com essa concepção, o sociólogo argumenta que o proletariado precarizado se encontra “no coração do próprio modo de produção capitalista e não como subproduto da crise do modo de desenvolvimento fordista” (BRAGA, 2012, p. 22, grifo do autor). Nesse sentido, compreende-se os trabalhadores precarizados como uma fração da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica. Aqui, devemos lembrar que, segundo o discurso narrativo, Edgar está nesse trânsito já que trabalhava em uma mina de carvão antes de ser funcionário do Matadouro, estando aí por dois anos e ao fim do romance pedindo demissão. Citando Marx, o autor de *A política do precariado* nos esclarece sobre as implicações nefastas às quais Edgar está submetido com o aumento da produção no Matadouro:

[...] quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força de trabalho para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital (MARX *apud* BRAGA, 2012, p. 22)

Pode-se compreender, assim, que no interior do discurso narrativo emerge uma crítica a um processo de naturalização da desigualdade e da exploração social, que leva os personagens a formas perversas de subcidadania e marginalização. Outro exemplo desse aspecto é o personagem “Emetério, funcionário mais antigo do matadouro” (MAIA, 2013, p. 34), que, por se tratar de um idoso, presumimos estar em avançada necessidade de se aposentar, porém está marginalizado e não conseguirá obter esse direito:

Emetério solta uns grunhidos, pigarreia e cospe no chão.  
— Patife! É melhor a gente voltar pro trabalho. O horário de almoço já terminou. Tem uma tonelada de restos me esperando lá na graxaria.

— Velho, você precisa se aposentar — diz Helmut.  
Emetério dá de ombros e caminha vagaroso em direção à porta dos fundos, por onde ele e todos os outros homens, com exceção de Edgar Wilson, entram para retornar ao trabalho. O velho segue para o setor de graxaria, local onde se concentram os produtos provenientes dos setores de abate, miúdos, bucharia, triparia e desossa, e que não servem para o consumo humano. É onde se processam os resíduos e se produzem farinha de osso e sebo. Todos os dias agradece a Deus por permitirem trabalhar em tal função, pois mesmo velho ainda goza de certo vigor. Restam-lhe apenas quatro dentes na boca, mas isso não faz nenhuma diferença quando executa as suas funções. É tão capaz quanto era há trinta anos. Porém, *para qualquer pessoa do lado de fora daquele matadouro, ele é tão imprestável quanto os restos com que lida* (MAIA, 2013, p. 49-50, grifo nosso).

Quem são as pessoas do lado de fora? O aviltamento da subjetividade de Emetério pela exploração sistemática e cotidiana torna-o imprestável, marginalizado, uma “subgente”, tanto para as classes privilegiadas como para a gestão estatal. Nessa cena, com a comparação desse trabalhador com os restos de carne de gado, que são eliminados por não servirem para consumo humano, deparamo-nos com uma forma de diferenciação social que “imputam a determinadas pessoas lugares sociais não participativos, excludentes, como se elas não pertencessem ao mesmo gênero humano das demais” (MARTINS, 2008, p. 15). Dessa maneira, por conseguinte, percebemos que a existência desses trabalhadores é marcada pela completa indignidade e objetificação alienante, visto que

(...) a pobreza de fato excludente é apenas o polo visível de um processo cruel de nulificação das pessoas, descartadas porque já não conseguem

submeter-se à continua ressocialização que apenas faz delas instrumentos de um processo social de produção de riquezas que passou a usar as pessoas como se elas fossem apenas matéria-prima da coisa a ser produzida, como se fossem objeto e não mais sujeitos (MARTINS, 2008, p. 20).

Diante disso, é possível depreender interessantes reflexões. O primeiro aspecto, mais óbvio, é que o projeto literário de Ana Paula Maia problematiza uma modernização periférica que submete certa fração da classe trabalhadora a ocupações tão degradantes, sub-remuneradas e precárias que resultam em uma reprodução anômala da força de trabalho. O seu interesse por elaborar personagens que sejam “homens-bestas” corresponde ao processo histórico-social do capital financeiro, cuja lógica

[...] se expressa com vigor na degradação do *metabolismo social homem-natureza: seja a natureza humana* expressa no cataclismo social, com seus milhões de trabalhadores precários e a massa de desempregados sem perspectivas de futuro digno e vítimas do adoecimento físico e mental; *seja a natureza natural* com o cataclismo climático marcado pelo aquecimento global e deriva climática (ALVES, 2013, p. 29, grifos do autor).

Curiosamente, essa violência à natureza natural mencionada pelo sociólogo está também presente no romance de Ana Paula Maia. O espaço geográfico ao redor do Matadouro também é degradado: o narrador expõe que a imagem da morte encobre todo um longo perímetro aos redores da fazenda “Touro do Milo”, causando a contaminação de um pequeno rio: “é nesse rio que todos os matadouros da região lançam as toneladas de litros de sangue e resíduos de vísceras de gado” (MAIA, 2013, p. 26).

Percebe-se, assim, que a opressão da classe dos trabalhadores precarizados assemelha-se com a exploração e a destruição do meio ambiente:

Chama-se Rio das Moscas, e, desde que os matadouros cresceram na região conhecida como Vale dos Ruminantes, suas águas limpas encheram-se de sangue. No fundo desse rio está depositado todo tipo de coisa, orgânica e inorgânica. Humana e animal (MAIA, 2013, p. 39).

Vê-se, pois, que a estrutura da composição do romance é composta de diversas cenas que buscam expor a ordem injusta da prevalência do capital financeiro, tendo a inserção do trabalho precarizado como ponto central da mediação estética do discurso narrativo. Como ponto central, ao longo do discurso narrativo constrói-se um ponto de vista da classe trabalhadora precarizada que clarifica as implicações hegemônicas do processo histórico-social de um país periférico como o Brasil ao ser integrado à mundialização do capital e ao neoliberalismo.

Todo o percurso de Edgar Wilson é deparado com a precarização do trabalho, porém, mesmo nessa negatividade, resta uma frágil esperança:

Quando a noite chegar, Edgar Wilson já estará em seu novo emprego, conhecendo os porcos e ouvindo seus grunhidos. Sabe que seus dias de predador continuarão, e que derramar sangue ainda será seu meio de sobrevivência. É o que sabe fazer. Talvez um dia encontre outro trabalho, um que seja limpo. Por enquanto, seguirá abatendo porcos; impuro e moralmente aceitável, é assim que ele se sente. Não há ninguém que o impeça, pois homens como ele são poucos, que são homens para matar. Os que comem são muitos e comem de modo que nunca se fartam (MAIA, 2013, p. 118-119).

Um trabalho limpo, com menos sujeira de espoliação e exploração, aos seus olhos parece até um disparate na desigualdade em que está imerso, onde permanece desprovido de dignidade; ser “impuro”, “bruto” não é uma deformação do personagem, mas torna-se única possibilidade de sobreviver nessa realidade sendo integrante da classe precarizada. Parece-nos, assim, que Ana Paula Maia constrói o protagonista como uma figura-tipo, no sentido exposto por Lukács (1978), para quem a tipicidade implica que as personagens e as circunstâncias sejam representativas da sociedade figurada na obra:

[...] por tipo, entendemos o compêndio concentrado daquelas qualidades que – por uma necessidade objetiva – derivam de uma posição concreta determinada na sociedade, sobretudo no processo de produção. [...]. É sempre apenas um meio para chegar ao fim artístico, que é o de representar a função deste tipo na ação recíproca de todos os contratipos que o contradizem como fenômeno típico de uma determinada etapa no desenvolvimento da humanidade (LUKÁCS, 1978, 263-64).

Edgar Wilson é um personagem bruto, como brutalizada, objetificada e marginalizada é a classe que representa. E, desse modo, não é nenhum exagero refletir que Edgar Wilson não é um perpetuador de violência, embora seja um “homem para matar”; na realidade, na medida em que vive em uma sociedade na qual “os que comem são muitos e comem de modo que nunca se fartam”, torna-se vítima de uma violência social inaceitável do ponto de vista ético e político. “O surgimento da camada social do precariado é a prova histórica viva da falência da ordem social burguesa baseada nos ideais de emprego com direitos sociais, inclusão social com consumo e Estado social com democracia representativa”, explica Alves (2013, p. 216).

Essa falência explicita-se no encarceramento de gados como metáfora da espoliação humana realizada pelo capital, cuja crueldade violenta é vivenciada diariamente, já que

[...] o matadouro onde trabalha e o alojamento onde mora, local em que permanece confinado com diversos trabalhadores. Ambos os confinamentos, de gado e de homens, estão lado a lado, e o cheiro, por vezes, os assemelham. Somente as vozes de um lado e os mugidos do outro é que distinguem homens e ruminantes (MAIA, 2013, p. 22).

Essa animalização do humano implica o empobrecimento ontológico do ser social. Cumpre lembrar, mesmo que de passagem, que o designativo “besta/bestial” utilizado por Ana Paula Maia, para se referir aos seus personagens, também é utilizado por Marx, para se referir ao alto grau de alienações no âmbito dos sentidos humanos:

[...] o homem (o trabalhador) se sente livre, enfim, somente em suas funções bestiais, no comer, no beber e no sexo, quando muito no ter uma casa, na sua saúde corpórea etc., e em suas funções humanas se sente apenas mais um animal. O bestial torna-se o humano e o humano, o bestial. O comer, o beber o procriar etc., são também, com efeito, simples funções humanas, mas são bestiais na abstração que as separa do restante âmbito da atividade humana, e faz delas finalidades últimas e exclusivas (MARX *apud* LUKÁCS, 2012, p. 575).

Assim, o adjetivo “bestial” exprime um retorno ao fisiológico, na sua elementaridade e brutalidade, provocado pela lógica do capital, que, segundo o filósofo alemão, objetiva transformar os sujeitos em

[...] uma simples máquina, fisicamente destroçada e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia. E, no entanto, toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não se lhe põe um freio, lutará sempre, implacavelmente, e sem contemplos, para conduzir toda a classe operária a esse nível de extrema degradação (MARX, 1982, p. 177).

Será, então, que a fase atual do capital, em sua lógica de valorização financeira, cumpre o propósito de destroçar e animalizar/bestializar o sujeito com a ampliada exploração e espoliação social da nova morfologia do trabalho?

Como já mencionamos, ao ser elaborado um nexos entre precarização do trabalho e a animalização/brutalidade de Edgar Wilson, ao invés desta ser uma mera redução cientificista naturalista, e o fato do desfecho do romance apontar para uma possibilidade de trabalho “limpo”, isto é, não degradante, parece-nos possível depreender a função desfetichizadora da literatura, que ocorre, conforme argumenta Lukács (1968), quando o escritor não aceita o “estado de coisas existente”:

Insistimos, anteriormente, do ponto de vista da estética geral da literatura, sobre a posição central da figuração do homem. Podemos agora aduzir que esta representação constitui em, por força de sua própria lógica, um desmascaramento tão mais enérgico da

desumanidade do capitalismo quanto mais esta inumanidade se explicita e generaliza no curso da crise geral do sistema capitalista. O escritor que figura homens reais pode ter apenas consciência parcial, ou ser inteiramente inconsciente, do fato de que a representação de homens reais em conflitos reais constitui já um princípio de revolta contra o sistema dominante (LUKÁCS, 1968, p. 91).

Dessa maneira e em face de nossa exposição precedente, parece-nos claramente que é, pois, contra o abafamento da cultura dos vencidos e dos oprimidos que a obra ficcional de Ana Paula Maia se insurge, podendo ser concebida como uma crítica social radical das ideologias da modernização do quadro institucional brasileiro (o papel econômico do Estado, inseparavelmente de seu conteúdo político-social) que permanecem iludidas pela regulamentação neoliberal.

### Uma observação final

Ana Paula Maia construiu, sem dúvida, um romance rico em diversos aspectos que geram interpretações frutíferas sobre forças políticas e econômicas e os processos de mudança social que subjazem ao discurso ficcional de *De gados e homens*.

Uma concepção materialista da forma literária contribui para verificar como a literatura brasileira contemporânea representa os problemas e as contradições ligadas à classe trabalhadora, visto que, a partir da lição dialética legada por Candido (2006), sabe-se que a forma literária das narrativas ficcionais está intimamente relacionada com o contexto histórico-social, de modo que, “justamente pelo fato de manter relações com a realidade social, a literatura incorpora as suas contradições à estrutura do significado das obras” (CANDIDO, 2006, p. 202, grifo nosso). A nosso ver, o romance de Ana Paula Maia incorporou as contradições do capital financeiro que assolam a dinâmica socioeconômica brasileira, de modo que, focalizando as ocorrências produtivas e a construção de personagens trabalhadores do matadouro, esperamos ter demonstrado a violência sistêmica do processo modernizador autoritário e desigual do Estado brasileiro que fratura cotidianamente biografias a partir da imposição da precarização do trabalho. Edgar Wilson torna-se, assim, um exemplo em que o ser social é degradado pelo capital financeiro.

### Referências

ALVES, Giovanni. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2. ed. Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES, Giovanni. *Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Canal 6, 2013.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?:* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

BARRENTO, João. Pela porta dos afetos. In: \_\_\_\_\_. *Umbrais: o pequeno livro dos prefácios*. Lisboa: Cotovia, 2000, p. 9-21.

BRAGA, Ruy. Memorabilia. In: \_\_\_\_\_. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 13-36.

CANDIDO, Antonio. Literatura de dois gumes. In: \_\_\_\_\_. *A educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006, p. 199-221.

GINZBURG, Jaime. O narrador na literatura brasileira contemporânea. *Tintas. Quaderni di letterature iberiche e iberoamericane*, Milano, n. 2, 2012, p. 199-221.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: \_\_\_\_\_. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2008, p. 115-184.

JAMESON, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1992.

LUKÁCS, Georg. *Para uma ontologia do ser social I*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, Georg. *Para uma ontologia do ser social II*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, Georg. Romance como epopeia burguesa. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NETTO, José Paulo (Orgs.). *Arte e sociedade: escritos estéticos 1932-1967*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009, p. 191-243.

LUKÁCS, Georg. Narrar ou descrever? (contribuição para uma discussão sobre o naturalismo e o formalismo). Tradução de Giseh Vianna Konder. In: LUKÁCS, Georg. *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 43-94.

LUKÁCS, Georg. O típico: problemas do conteúdo. In: LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma estética marxista*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 260-271.

LUKÁCS, Georg. Marx e o problema da decadência ideológica. In: LUKÁCS, Georg. *Marxismo e teoria da literatura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p. 49-111.

MAIA, Ana Paula. *De gados e homens*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

MAIA, Ana Paula. *Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos*. Rio de Janeiro: Record, 2011a.

MAIA, Ana Paula. *Carvão animal*. Rio de Janeiro: Record, 2011b.

MARTINS, José de Souza. *A Sociedade vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. Salário, preço e lucro. In: MARX, Karl. *Os pensadores*. Tradução de Edgard Malagodi [et al.]. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

PAULANI, Leda. Investimento e servidão financeira: o Brasil do último quarto de século. In: PAULANI, Leda. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 73-104.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. Breve mapeamento das últimas gerações. In: SCHOLLHAMMER, Karl Erik. *Ficção brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009, p. 21-52.

SILVA, Genival Nunes; MADI, Rubens Riscala; MELO, Cláudia Moura de; FONSECA, Vania. Matadouros públicos e saúde ambiental em Sergipe. *Revista Saúde Social*. 2012, vol. 21, n. 4, p. 1013-1021.